

HABEAS CORPUS Nº 547.769 - RJ (2019/0352918-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EBERTHE VIEIRA DE SOUZA GOMES
ADVOGADO : EBERTHE VIEIRA DE SOUZA GOMES - RJ163711
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : VANDER DA SILVA GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VANDER DA SILVA GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no HC n.º 0070293-29.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 30/03/2019, e denunciado como incurso nas penas dos arts. 33 e 35, c.c. o art. 40, inciso VI, da Lei n.º 11.343/2006 e art. 329, § 1.º, do Código Penal, em concurso material. O Réu teria se associado para cometer o reiteradamente o crime de tráfico de drogas, com participação de adolescente, bem como teria resistido à prisão em flagrante.

Narra o acórdão impugnado que (fls. 13-14):

"Os policiais realizaram cerco na região e, em uma casa abandonada, encontraram um adolescente com uma mochila que continha um rádio transmissor, 100 tabletes de maconha, 120 pinos de cocaína e 45 pedras de crack e, em outro cômodo da casa, encontraram o paciente na posse de uma mochila que continha um rádio transmissor, 25 tabletes de maconha e 367 papelotes de cocaína.

De acordo com os policiais, os dois rádios comunicadores estavam ligados em frequência utilizada pelo tráfico.

Na ocasião, a apreensão total foi de 424,2g de maconha, distribuída em 125 invólucros plásticos, além de 567g de cocaína, acondicionada em 487 invólucros plásticos, bem como 8,3g de crack, distribuídos em 45 invólucros plásticos."

Na audiência de custódia, a sua detenção foi convertida em prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública (fls. 42-43).

Pretendendo a revogação da custódia cautelar, a Defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fls. 9-11):

"EMENTA – HABEAS CORPUS.

PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DENUNCIADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, AMBOS MAJORADOS PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO, RESISTÊNCIA QUALIFICADA, TODOS EM CON- CURSO MATERIAL (ARTS. 33, CAPUT, E 35, AMBOS C/C, ART. 40, VI, TODOS DA LEI N.º 11.343/06 E ART. 329, § 1.º, NA FORMA DO ART. 69, AMBOS DO CÓDIGO PENAL).

ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

PRETENSÃO AO RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA OU À APLICAÇÃO DE UMA DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE SE NEGA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, COM OBSERVÂNCIA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

CUSTÓDIA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE NA COMUNIDADE VILA RUTH, DOMINADA PELA FACÇÃO 'COMANDO VERMELHO', NA POSSE DE 25 TABLETES DE MACONHA E 367 PAPELOTES DE COCAÍNA, ALÉM DE UM RÁ- DIO TRANSMISSOR.

EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL NÃO CONFIGURADO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA EM 31/03/2019. DENÚNCIA OFERECIDA EM 03/06/2019 E RECEBIDA EM 10/06/2019. AUDIÊNCIA REALIZADA EM 12/08/2019 COM OITIVA DE TESTEMUNHAS E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. INSTRUÇÃO CRIMINAL FINDA. AUTOS EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. PROCESSO QUE SEGUE SEU TRÂMITE REGULAR, NÃO SE MOSTRANDO RAZOÁVEL, NESSE MOMENTO, A SOLTURA DA PACIENTE QUANDO AINDA PRESENTES OS REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL QUE SE AVIZINHA.

O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO NÃO AUTORIZA A LIBERTAÇÃO DO PACIENTE.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. O ART. 648, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL É RELATIVO À PRISÃO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO. O EXCESSO DE PRAZO SÓ PODE SER SANADO COM A DETERMINAÇÃO PARA QUE A AUTORIDADE COATORA CONCLUA A INSTRUÇÃO, SENTENCIANDO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS.

MEDIDAS CAUTELARES INADEQUADAS, ANTE A GRAVIDADE DAS CONDUTAS IMPUTADAS AO PACIENTE E CUJAS PENAS MÁXIMAS PREVISTAS PARA OS CRIMES DE

TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE DROGAS SÃO SUPERIORES A 04 ANOS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM."

O Impetrante defende excesso de prazo para o encerramento da instrução, que estaria na fase de diligências do Ministério Público as quais, apesar de *"terem sido requeridas em agosto, e se tratando de réu preso, os ofícios somente forma expedidos em 16/10/2019. Ou seja, após 02 meses de seu requerimento"* (fl. 5).

Busca, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem *"para relaxar a prisão por excesso de prazo, ou alternativamente, sejam decretadas a medidas cautelares diversas da prisão prevista no art. 319 do CPP"* (fl. 8).

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica em juízo de cognição sumária.

Conforme ressaltado pelo Tribunal *a quo* (fl. 14):

"Segundo as informações prestadas pela autoridade coatora, o acusado foi preso em flagrante em 30/03/2019 e sua prisão convertida em preventiva em 31/03/2019 pelo Juízo da Central de Custódia. A denúncia foi oferecida em 03/06/2019 e recebida em 10/06/2019. Realizada a audiência em 12/08/2019, foi produzida a oitiva das testemunhas e o interrogatório do acusado, estando o processo em fase de alegações finais.

Assim, não há que se falar em excesso de prazo no deslinde da instrução, uma vez que o processo segue seu trâmite regular, não se mostrando razoável, nesse momento, a soltura da paciente quando ainda presentes os requisitos da custódia cautelar, especialmente porquê a

Superior Tribunal de Justiça

prestação jurisdicional se aproxima."

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau de jurisdição, mormente sobre a situação prisional do Paciente e o andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora